



DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Marco Normativo Brasileiro

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 – Brasília-DF
cgu@cgu.gov.br

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Secretário-Executivo

Valdir Agapito Teixeira

Secretário Federal de Controle Interno

José Eduardo Romão

Ouvidor-Geral da União

Waldir João Ferreira da Silva Júnior

Corregedor-Geral da União

Sérgio Nogueira Seabra

Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção

Brasília, junho/2014.

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação, e o Decreto nº 7.724/12, que a regulamenta, são os principais instrumentos normativos de garantia do exercício do direito à informação na legislação brasileira. No entanto, o marco normativo brasileiro sobre o tema é muito mais extenso, contemplando assuntos variados, como sigilos relativos à intimidade e à atividade empresarial, por exemplo.

Este índice clicável foi desenvolvido com o objetivo de indicar ao leitor normas de referência para melhor compreender o direito de acesso à informação. Não se tem por intuito esgotar em um único documento a legislação relacionada ao tema; tampouco se busca indicar antecipadamente as normas utilizadas para fundamentar entendimentos, interpretações e ações produzidos pela CGU.

Para facilitar a navegação, o documento foi dividido em dois grandes blocos. O primeiro trata da legislação referente ao direito fundamental de acesso à informação, como a Constituição Federal e os Tratados, Declarações e documentos internacionais. Já o segundo diz respeito à legislação brasileira que trata da definição, do acesso e do tratamento de informações públicas e privadas.

Caso o leitor busque informações mais direcionadas sobre as principais normas que contemplam o acesso à informação, também poderá fazer uso da publicação [Coletânea de Acesso à Informação](#), publicada recentemente pela CGU.



DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Artigos 5º, 37, § 3º, II e 216, § 2º)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2. TRATADOS E DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 1º)

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

2.2 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (promulgado pelo Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992) - artigo 1º

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm

2.3 Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San Jose da Costa Rica (promulgada pelo Decreto 678, de 6 de novembro de 1992)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm

2.4 Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão (item 4)

<https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>

2.5 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (promulgada pelo Decreto 5.687, de 31 de janeiro de 2006) - artigos 10 e 13

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm

2.6 Convenção Interamericana Contra a Corrupção (promulgada pelo Decreto 4.410, de 7 de Outubro de 2002)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm

2.7 Principios sobre el Derecho de Acceso a la Información – Comité Jurídico Interamericano

http://www.oas.org/cji/CJI-RES_147_LXXIII-O-08.pdf

MARCO NORMATIVO BRASILEIRO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1. LEI Nº 12.527/2011: LEI A ACESSO À INFORMAÇÃO:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

1.1 Decretos Regulamentadores da Lei 12.527/2011

- Decreto nº 7.724/2012: Regulamenta a Lei de Acesso à Informação

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm

- Decreto nº 7.845/2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento da informação

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm

1.2 Regulamentação do processo administrativo de acesso à informação

- Resolução nº 1/2012 - Regimento Interno da Comissão Mista

http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/comissao-mista/arquivos/resolucao_001_RI_CMRI.pdf

- Ata nº 9 CMRI – introduz alteração da Resolução nº 1/2012

<http://acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/comissao-mista/arquivos/ata9.pdf>

- Portaria nº 1567/2013: Designa o Ouvidor-Geral da União para apreciação e decisão dos recursos dirigidos à CGU

http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/Portaria1567_2013.pdf

2. LEI SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E ESCLARECIMENTOS DE SITUAÇÕES (LEI Nº 9.051/1995)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9051.htm

3. LEI SOBRE A GRATUIDADE DOS ATOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA (LEI Nº 9.265/1996)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9265.htm

4. LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm

5. SIGILOS E SALVAGUARDA DE INFORMAÇÕES PRIVADAS

5.1 SIGILO BANCÁRIO: Lei Complementar nº 105/2001

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp105.htm

5.2 SIGILO FISCAL: Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) - art. 198

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm

- Lei Complementar 104/2001

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp104.htm

- Portaria RFB nº 2.344/2011

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2011/portrfb23442011.htm>

5.3 SIGILO COMERCIAL E EMPRESARIAL

5.3.1 Lei 6.404/1976: Lei das S/A – dispõe sobre o dever de sigilo do Administrador - artigo 155

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm

5.3.1.1 Instruções Normativas da Comissão de Valores Mobiliários

- Instrução Normativa 358/2002

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=%5Cinst%5Cinst358.htm>

- Instrução Normativa 391/2003 (Capítulo VIII - Das demonstrações contábeis e demais informações do fundo)

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=%5Cinst%5Cinst391.htm>

- Instrução Normativa 480/2009 (Capítulos III, IV e VII)

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=%5Cinst%5Cinst480.htm>

5.3.2 Lei nº 10.406/2002: Código Civil – dispõe sobre o sigilo contábil - artigos 1.190 e 1.191

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm

5.3.3 Lei nº 11.101/2005: Lei de Falências – dispõe sobre o crime de violação de sigilo empresarial – artigo 169

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm

5.4 SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA: Lei nº 6.538/1978 - artigos 5º, 6º, 10º, 28 e 41

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6538.htm

5.5 SIGILO DE COMUNICAÇÕES: Lei nº 9.296/1996

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9296.htm

5.6 SIGILOS SOBRE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

5.6.1 Decreto-Lei nº 3.689/1941 – Código de Processo Penal - dispõe sobre o sigilo do inquérito policial, desde a investigação preliminar, e sobre o sigilo do processo penal – artigos 20 e 201, §6º

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

5.6.2 Lei nº 5.869/1973 – Código de Processo Civil – dispõe sobre o segredo de justiça - art. 155

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm

5.6.3 Lei nº 7.210/1984 – sigilo do Juízo de Execução - art. 163

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm

5.6.4 Lei nº 8.112/1991 – dispõe sobre o sigilo do processo administrativo disciplinar - art. 150

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm

5.6.5 Lei nº 8.666/1993 (artigos 3º, 44 e 94)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm

5.7 PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO DE NATUREZA PATRIMONIAL

5.7.1 Lei nº 9.279/1996 – Lei de Patentes – Segredo Industrial

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm

5.7.2 Lei nº 9.609/1998 – Propriedade Intelectual

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm

5.7.3 Lei nº 9.610/1998 – Lei de Direitos Autorais

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm

5.8 PROTEÇÃO, ACESSO E SALVAGUARDA DE INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS¹

5.8.1 Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (artigos 43, 44, 72 e 73)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm

5.8.2 Lei nº 9.507/1997: Rito processual do habeas data

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19507.htm

5.8.3 Lei nº 12.414/2011: Lei do cadastro positivo

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12414.htm

¹ Dispositivos sobre acesso e proteção a dados pessoais também são encontrados na Lei 12.527/2011 e em seus decretos regulamentadores.

6. LEGISLAÇÃO DE ARQUIVO E SALVAGUARDA DE INFORMAÇÃO SIGILOSA

6.1 Lei nº 8.159/1991: Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm

6.2 Decretos Regulamentadores da Lei nº 8.159/1991

- Decreto nº 4.915/2003: Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – SIGA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4915.htm

- Decreto nº 4.073/2002: Regulamenta a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm

6.3 Decreto nº 3.505/2002 - que Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3505.htm

6.4 Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos

- Resolução nº 7/1997 - CONARQ: Procedimentos para a eliminação de documentos

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=58&sid=46>

- Resolução nº 14/2001 - CONARQ: Atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivos

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=65&sid=46>

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao_14.pdf

- Resolução nº 21/2004 – CONARQ: Dispõe sobre o uso da subclasse 080

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&infoid=72&sid=46

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolu/subclasse_080_codigo.pdf

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolu/subclasse_080_tabela.pdf

- Resolução nº 35/2012 – CONARQ: Atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=828&sid=46>

6.5 Instruções Normativas e Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

- Instrução Normativa nº 1/2008 - GSI/PR: Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal

http://dsic.planalto.gov.br/documentos/in_01_gsidsic.pdf

- Instrução Normativa nº 2/2013 - GSI/PR: Dispõe sobre o Credenciamento de segurança para o tratamento de informação classificada no âmbito do Poder Executivo Federal

http://dsic.planalto.gov.br/documentos/instrucao_normativa_nr2.pdf

- Norma Complementar nº 1/2013 à Instrução Normativa 2/2013

http://dsic.planalto.gov.br/documentos/NSC/NC01_IN02_GSI.pdf

7. LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

7.1 Lei Complementar nº 101/2000: Lei de Responsabilidade Fiscal

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

- Decreto 6.170/2007: SICONV

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm

7.2 Lei Complementar nº 131/2009: Lei Capiberibe – acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

7.3 Lei de Licitações (Lei 8.666/1993)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

- Decreto nº 6.370/2008: Fim das contas tipo “B”/Cartão de Pagamento do Governo Federal obrigatório

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6370.htm

7.4 Lei nº 10.520/2002: Pregão Eletrônico

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

- Decreto nº 5.450/2005: Ampliação do Pregão Eletrônico

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm

7.5 Lei 10.650/2013: Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm

7.6 Decreto nº 4.334/2002: Dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4334.htm

7.7 Decreto nº 4.923/20003: Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4923.htm

7.8 Decreto nº 5.482/2005: Portal da Transparência e Páginas de Transparência Pública

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm

7.9 Decreto nº 6.555/2008: Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm



7.10 Decreto nº 6.932/2009: Carta de Serviços ao Cidadão

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6932.htm

7.11 Decreto nº 7.033/ 2009: dispõe sobre a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7033.htm

7.12 Decreto 7.034/2009: dispõe sobre a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7034.htm

7.13 Decreto nº 7.158/2010: Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm

7.14 Decreto nº 8.109/2013: Aprova a Estrutura Regimental da CGU

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8109.htm

7.15 Decreto nº 8.243/2014: Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm

7.16 Portaria nº 262/2005 (CGU): Relatórios de Auditoria na Internet

http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/p262_20050109b.pdf

7.17 Portaria Interministerial nº 140/2006: Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores- internet, e dá outras providências.

http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/pl140_06.htm

7.18 Portaria nº 516/2010 (CGU): Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Sancionadas – CEIS

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2010/516.htm>

7.19 Portaria nº 1.023/2012: Cria o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2012/1023.htm>

7.20 Portaria nº 233/2012 (MPOG, CGU, MF, MD): Remuneração de servidores e agentes públicos

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2012/120525Portaria233.pdf>

Conheça mais sobre a CGU

www.cgu.gov.br



@cguonline



cguonline



cguoficial



**Acesso à
Informação**

**Controladoria-Geral
da União**